

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.440.699 - DF (2019/0033787-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
AGRAVANTE : THIAGO PALMEIRA BISPO
ADVOGADO : PAULO FERREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - DF045000
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por THIAGO PALMEIRA BISPO contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional.

Depreende-se dos autos que ao agravante foi imposta a sanção de 2 anos de reclusão, em regime aberto, além de 10 dias-multa, pela prática do delito do art. 155, § 4º, I, do Código Penal. A pena privativa de liberdade foi substituída por duas restritivas de direitos (e-STJ fls. 153/161).

Inconformada, apelou a defesa. O Tribunal de origem negou provimento ao recurso em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 201):

PENAL. FURTO PRIVILEGIADO. INAPLICABILIDADE. SIGNIFICATIVO VALOR DOS BENS.

Não se reconhece furto privilegiado quando o bem subtraído apresenta valor significativo.

Apelo desprovido.

Irresignada, a defesa interpôs recurso especial, em que apontou violação do art. 155, § 2º, do Código Penal, sob o argumento de que "*o réu preenche os requisitos estabelecidos no dispositivo para o reconhecimento do privilégio*" (e-STJ fl. 217).

Alegou que "*os bens subtraídos pelo requerente foram avaliados, conforme valor de mercado, em aproximadamente R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), o que representa cerca de 29% do salário mínimo vigente à época, R\$ 880,00*

(oitocentos e oitenta reais)" (e-STJ fl. 217).

Sustentou, ainda, que *"em momento algum a norma traz a necessidade de se observar qualquer outra questão para aplicar o privilégio. Não há previsão no artigo ora apontado como violado de que deve ser avaliado o valor dos danos causados pelo agente na prática do crime"* (e-STJ fl. 218).

Contrarrazões às e-STJ fls. 231/234.

Inadmitido o apelo extremo, o recurso subiu a esta Corte por meio de agravo.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do agravo (e-STJ fls. 266/268).

É, em síntese, o relatório.

Decido.

Conforme relatado, o recorrente alega que *"os bens subtraídos pelo requerente foram avaliados, conforme valor de mercado, em aproximadamente R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), o que representa cerca de 29% do salário mínimo vigente à época, R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)"* (e-STJ fl. 217).

O Tribunal de origem concluiu, contudo, que (e-STJ fl. 204):

No caso dos autos, embora a primariedade do apelante tenha sido reconhecida na sentença condenatória e a qualificadora do arrombamento seja de ordem objetiva, não se pode dizer que os bens furtados sejam de pequeno valor, pois, de acordo com a vítima, foram avaliados em R\$2.700,00 (fl. 127). Além dos bens subtraídos, deve-se levar em conta também o valor do reparo do automóvel, que teve o miolo da fechadura arrombado. Valores esses que, somados, superam o salário mínimo vigente na ocasião do crime, R\$880,00.

Assim, não cabe redução da pena nos termos do artigo 155, § 2º, do Código Penal, tal qual requer a Defesa, uma vez que não se trata de hipótese de furto privilegiado, tendo em vista o significativo valor da res furtiva (R\$ 2.700,00).

Verifica-se, assim, que o acolhimento da pretensão recursal demandaria amplo revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, expediente vedado nos moldes prescritos pela Súmula n. 7 desta Corte.

Ainda que assim não fosse, nota-se que o acórdão recorrido não destoou da jurisprudência desta Corte Superior ao considerar que, *"além dos bens subtraídos, deve-se levar em conta também o valor do reparo do automóvel, que teve o miolo da fechadura arrombado"* (e-STJ fl. 204), conforme se comprova nos seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO. APLICAÇÃO DO PRIVILÉGIO. DESCABIMENTO. REINCIDÊNCIA. EXPRESSIVO VALOR DO PREJUÍZO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Para a aplicação da figura do furto privilegiado é necessário que o agente seja primário e de pequeno valor a coisa subtraída.
2. No caso, um dos réus é reincidente e o valor da coisa subtraída, somado ao prejuízo suportado pela vítima para o conserto de sua residência em razão do arrombamento, não pode ser considerado pequeno para fins de reconhecimento do privilégio pleiteado.
3. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1.511.869/SC, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 01/03/2016, DJe 07/03/2016, grifei)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCURSÃO NA SEARA FÁTICO/PROBATÓRIA. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA.

1. O Tribunal local, ao manter a condenação do ora agravante pelo delito de furto qualificado por rompimento de obstáculo, bem como obstar a desclassificação para furto simples com privilégio, fundamentou-se nos elementos existentes nos autos, portanto, a mudança do julgado demandaria, invariavelmente, a incursão no conjunto fático/probatório, providência incabível em sede de recurso especial ante o óbice contido na Súmula n. 7/STJ.

PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA A FORMA SIMPLES. INVIABILIDADE. SIGNIFICATIVO VALOR DO PREJUÍZO SUPORTADO PELA VÍTIMA.

1. O valor da coisa subtraída, somado ao prejuízo suportado pela vítima para o conserto de seu estabelecimento comercial, foi de R\$ 678,00, montante que não pode ser considerado pequeno para fins de reconhecimento do privilégio pleiteado.
2. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 598.180/DF, relator Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 31/03/2015, grifei)

HABEAS CORPUS. SUCEDÂNEO DO RECURSO ADEQUADO. INADMISSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. ART. 171, CAPUT, DO CP. VALOR EXPRESSIVO

DO BEM. INAPLICABILIDADE DA FIGURA PRIVILEGIADA. REGIME PRISIONAL SEMIABERTO. CONDENAÇÃO INFERIOR A QUATRO ANOS. POSSIBILIDADE. PRESENÇA DE CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS. DESCABIMENTO.

1. O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça não têm mais admitido o habeas corpus como sucedâneo do meio processual adequado, seja o recurso ou a revisão criminal, salvo em situações excepcionais, o que não ocorre no presente caso.

2. Para ser aplicado o disposto no art. 171, § 1º, do Código Penal (furto privilegiado), é necessário que o réu seja primário e que o objeto subtraído seja de pequeno valor.

3. In casu, o valor do prejuízo suportado pela vítima é superior ao do salário mínimo vigente à época dos fatos, o que impede o reconhecimento da figura do furto privilegiado.

4. Mostra-se devida a fixação do regime inicial semiaberto a condenado à pena inferior a 4 anos de reclusão quando presentes circunstâncias judiciais desfavoráveis. Inteligência do art. 33, § 3º, do Código Penal.

5. Inviável proceder-se à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, porquanto, não obstante a paciente tenha sido definitivamente condenada à reprimenda inferior a 4 anos de reclusão, tem-se a desfavorabilidade de uma circunstância judicial, elemento que evidencia que a substituição pretendida não se mostrará suficiente para a prevenção e repressão do delito perpetrado, a teor do disposto no art. 44, III, do Código Penal.

6. Habeas corpus não conhecido. (HC 217.726/SP, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 24/04/2014, DJe 06/05/2014, grifei)

PENAL. HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. RECONHECIMENTO DA TENTATIVA E DA FORMA PRIVILEGIADA. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. REEXAME APROFUNDADO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DOSIMETRIA. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. REGIME INICIAL. SUBSTITUIÇÃO DA PENA. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE. EXISTÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. ORDEM DENEGADA.

1. Se o bem saiu da posse da vítima, ainda que por um breve instante, tem-se como consumado o delito de furto qualificado.

2. Para se modificar o que ficou estabelecido nas instâncias ordinárias, mostra-se necessário o reexame aprofundado do conjunto fático-probatório, procedimento vedado em sede de habeas corpus, que é caracterizado pelo rito célere e cognição sumária.

3. Embora os bens subtraídos tenham sido restituídos à vítima, constata-se que persistiram os prejuízos decorrentes do arrombamento do veículo, circunstâncias que, ao meu ver, impede o reconhecimento da forma privilegiada.

4. *Correta a reprimenda fixada no acórdão atacado, tendo o julgado apontado elementos suficientes a justificar o acréscimo aplicado, devendo ser privilegiada a análise realizada nas instâncias ordinárias.*

5. *Mantida inalterada a condenação, deve também ser conservado o regime inicial fixado na sentença e a negativa de substituição da pena, notadamente quando se verifica a existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis e ausentes os requisitos do art. 44, III, do Código Penal.*

6. *Habeas corpus denegado.* (HC 156.663/RJ, relator p/ Acórdão o Ministro HAROLDO RODRIGUES, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJCE, SEXTA TURMA, julgado em 05/10/2010, DJe 03/11/2011, grifei)

PENAL. RECURSO ESPECIAL. ART. 155, §4º, INCISO I, C/C ART. 61, INCISOS I E II, ALÍNEA "E", AMBOS DO CÓDIGO PENAL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE.

I - No caso de furto, para efeito da aplicação do princípio da insignificância, é imprescindível a distinção entre ínfimo (ninharia) e pequeno valor. Este, ex vi legis, implica eventualmente, em furto privilegiado; aquele, na atipia conglobante (dada a mínima gravidade).

II - A interpretação deve considerar o bem jurídico tutelado e o tipo de injusto.

III - In casu, o valor do prejuízo causado pela conduta do recorrido evidencia não ser o caso de reconhecer-se a irrelevância penal da conduta.

Recurso especial provido. (REsp 1.055.619/RS, relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 20/05/2010, DJe 28/06/2010, grifei)

Ante o exposto, **conheço do agravo e não conheço do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator